

Como escrever uma resenha historiográfica: considerações teórico-metodológicas

Ricardo Marques de Mello *

Resumo: neste texto apresento algumas considerações teórico-metodológicas a respeito da produção de uma resenha de obra historiográfica. Primeiramente exponho os principais motivos pelos quais se escreve uma resenha acadêmica; em seguida apresento o que ela deve conter; e finalmente faço uma breve consideração acerca do seu destino.

Palavras-chave: resenha; metodologia; historiografia.

Abstract: this paper I present some theoretical and methodological considerations regarding the production of a review of historiographical work. First I lay out the main reasons why you write an academic review, and then I submit that it should contain, and finally I do a brief account of the fate of a review.

Keywords: review; methodology; historiography.

A sentença “publicar ou morrer” (*publish or perish*) tem cada vez mais efeito sobre os pesquisadores acadêmicos. Com as facilidades do *World Wide Web*, um número significativo de periódicos foi criado nessa última década a fim de dar vazão e visibilidade a autores, ideias e instituições. Órgãos públicos de fomento freqüentemente levam em conta, como critério para distribuição de bolsas e incentivos, a produção de cada requisitante; os editais de concursos públicos de caráter acadêmico, cada vez mais e de modo mais elaborado, incluem listas – os denominados baremas – estipulando pontuação por produção como uma etapa do processo seletivo; para o bem ou para o mal, o currículo *Lattes* torna pública a trajetória e a ocupação do profissional, forçando-o indiretamente a novas realizações. Em meio a essa profusão de produtos e exigências, criaram-se instrumentos com a pretensão de avaliar a qualidade dos periódicos, como o *Qualis*, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o *fator de impacto* e o *fator H*, o que incita o profissional não apenas a publicar, mas fazê-lo em um periódico reconhecido. Vivemos, portanto, um momento sem precedentes em âmbito acadêmico.

Mas a pressão por produção não se limita ao universo daqueles que já estão inseridos na academia como docentes e/ ou pesquisadores contratados. Ela alcança também os que têm alguma intenção de seguir carreira acadêmica, isto é, aqueles os quais ainda estão na graduação ou em cursos de pós-graduação, seja *lato* ou *strictu sensu*. De modo geral, o

* Doutorando em História na Universidade de Brasília. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Emails: ricardo.mm@hotmail.com ricardomm@unb.br

iniciante é constrangido a produzir, a ampliar o currículo e se adaptar à lógica do mercado acadêmico. Para cumprir com essa exigência, vale-se, entre outros, de participação em eventos científicos de sua área, cursos de idiomas, mini-cursos, formação complementar diversa, participação em projetos de pesquisa, docência e publicação de textos de naturezas variadas, como jornalísticos, artigos, resumos, trabalhos em congressos e resumos expandidos.

Entre tantas opções, uma das modalidades mais procuradas tem sido a produção de resenhas. De fato, elaborar uma resenha apresenta várias vantagens: não requer muito tempo despendido, quando comparado à produção de artigos originais; a princípio, qualquer graduando ou pós-graduando pode publicar; e os editores de periódicos quase sempre estão ávidos por uma delas, afinal, é um item classificado como *muito valorizado* na avaliação de periódicos do *Qualis-Capes*.¹

Assim, a pressão por produção, somada às facilidades e aos benefícios da elaboração de uma resenha, aumentam a procura e a oferta desta categoria de comunicação científica. Todavia, muitos estudantes, não apenas de graduação, têm dificuldade e hesitam quanto às características, ao que deve conter, e quais as finalidades de uma resenha de uma obra historiográfica.

Com base na análise das resenhas publicadas na *Revista Brasileira de História* entre 1981 e 2000 – um desdobramento do doutorado ora em curso – e a fim de contribuir nesse sentido, apresento neste texto algumas considerações sucintas acerca da produção de uma *resenha historiográfica*. Na primeira parte, exponho alguns motivos pelos quais se escreve uma resenha; em seguida, descrevo o que considero suas partes indispensáveis; e, por fim, apresento uma breve consideração teórica a respeito do destino de um trabalho como esse.

1. Por que escrever uma resenha

Em tese, o objetivo principal de uma resenha é apresentar a obra resenhada a pesquisadores afins e, destarte, *contribuir* para a construção do conhecimento em sua área. No entanto, não se deve perder de vista que a elaboração de uma resenha está inserida em um sistema específico de relacionamento social: a academia, com regras complexas e finalidades próprias. Por isso, além do objetivo principal, escrever uma resenha pode servir ao resenhador para:

¹ Disponível em http://historiasearch.googlepages.com/Criterios_Qualis_2005_40historia.pdf. Acessado em dezembro de 2009.

- a) aumentar e enriquecer seu próprio currículo;
- b) criticar ideias com as quais o produtor da resenha não se alinha;
- c) adquirir, reforçar ou aumentar o reconhecimento no seu grupo;
- d) ser gentil com o autor e/ ou editora, divulgando a obra;
- e) reafirmar seu próprio discurso com o de outro;
- f) bajular;
- g) elogiar algo considerado sinceramente digno de menção;
- h) cumprir uma tarefa sugerida ou imposta, de modo velado ou não, pelo (a) orientador (a) ou alguém em condições de exigir algo no mesmo sentido.

Evidentemente, essa lista não é exaustiva. Além disso, algumas dessas possibilidades se combinam; outras se excluem. Independentemente das pretensões e motivos do resenhador, a produção de uma resenha, como parte do jogo acadêmico, precisa seguir certa estrutura e conter alguns elementos.

2. O que deve conter uma resenha

Conquanto pareça desnecessário, lembro que o roteiro aqui proposto é uma possibilidade, não pretende ser superior a outros “modelos”. Deve ser compreendido, antes, como *um* guia.

Em linhas gerais, compreendo que uma resenha historiográfica precisa:

1. apresentar um contexto intelectual do autor da obra;
2. expor o(s) ponto(s) de partida teórico-metodológico e/ ou as teses destacadas pelo autor do debate historiográfico no qual ele funda determinados pressupostos argumentativos;
3. explicitar as fontes usadas;
4. resumir a ideia central e as ideias secundárias que a sustentam;
5. expressar a opinião do autor da resenha acerca da obra resenhada.

2.1. Contexto intelectual

O contexto intelectual diz respeito ao ambiente (tempo, espaço, circunstâncias sócio-culturais) e, sobretudo, correntes de pensamento nas quais o autor da obra está inserido. Isso inclui a formação profissional, inserção dentro de uma tradição de pensamento, posição do autor nessa tradição e debates intelectuais com os quais o grupo tem se ocupado.

O contexto intelectual é uma construção circunstanciada. Deve-se selecionar, dentre as muitas opções, aqueles elementos que melhor encaminham a apresentação da obra resenhada: há sempre a exclusão e/ ou destaque de fatos e ideias e o rearranjo de informações para que elas se moldem ao formato desejado pelo resenhador, instituindo sentido e significado para quem for ler a resenha. Dessa maneira, é preciso fazer um movimento em dois sentidos: um que situe o leitor em relação ao autor, de modo amplo, localizando-o junto a seus pares; e outro que se concentre naqueles dados que são importantes para a compreensão do trabalho resenhado. Criar um contexto intelectual, portanto, é dar subsídios ao leitor para que este possa identificar minimamente o *lugar de fala* do autor da obra resenhada (ver CERTEAU, 2000).

2.2. Apresentar o ponto de partida teórico-metodológico e/ ou historiográfico.

De modo semelhante à apresentação de um contexto intelectual, o objetivo desse item é situar o leitor. Nesse caso, em relação às orientações teóricas e pressupostos argumentativos (teses e hipóteses historiográficas do tema) da obra. Todavia, se no contexto intelectual a visão era panorâmica, nesse tópico deve-se fechá-la, restringi-la. O resenhador deve se ater à teoria, pressupostos e metodologia *especificamente* usados pelo autor na construção, descrição e explicação do seu objeto.²

Em linhas gerais, a parte teórica pode se consubstanciar no uso de conceitos e/ ou categorias, na adesão total ou parcial de um “modelo explicativo” – sistêmico ou não – ou no uso de uma lógica de raciocínio que oriente o trabalho a dadas conclusões. Grande parte dos textos historiográficos, no entanto, não se vale de uma teoria no sentido acima delimitado. Nesse caso, os estudos históricos comumente concentram-se nos debates historiográficos do tema, jogando com as teses e hipóteses da literatura e/ ou se apoiando em *insights* que

² Esta observação torna-se importante, pois muitas vezes um autor é taxado como adepto de uma determinada teoria e tudo que ele produz passa a ser previamente analisado a partir desse estigma. É comum encontrarmos na historiografia brasileira contemporânea, por exemplo, autores que escreveram obras sob inspiração marxista em dado contexto, porém em trabalhos posteriores o peso que essa teoria tem é mínimo ou nulo, não obstante suas obras continuarem a receber a classificação marxista. De outro modo, muitos resenhadores (e mesmo comentadores renomados), desatentos quanto aos aspectos *específicos* da obra resenhada, *reproduzem* o estigma sobre o livro e seu autor.

corroboram com uma dada abordagem ou um aspecto pontual de sua pesquisa, como é frequentemente o caso da apropriação de ideias de autores como Foucault, Benjamin, Thompson, Chartier, Bourdieu, Geertz, Ginzburg, entre tantos outros.

Mas os aspectos teóricos e historiográficos não andam sós. Os elementos metodológicos funcionam como um de seus desdobramentos. Uma escolha teórica discernível ou linha historiográfica baseada em determinado debate intelectual exigirá o uso de dados procedimentos e práticas. A opção metodológica, portanto, está acoplada à teórica e à defesa, refutação, deslocamento e aprofundamento de teses e hipóteses, pois são essas que indicarão *como* uma fonte será abordada, o que será considerado relevante, o papel que cada elemento receberá na trama e a disposição dos acontecimentos na narrativa. A opção teórica e a adoção de dados pressupostos argumentativos têm uma relevância fundamental na escolha do método.

Evidentemente, a base teórica não é o único fator a decidir qual a metodologia mais adequada. A natureza das fontes (com suas especificidades físicas, de produção, circulação, manutenção, recepção, acesso) também influi na assunção de determinados procedimentos e técnicas. A metodologia, portanto, está circunscrita por pressupostos teóricos e historiográficos, por um lado, e pela natureza das fontes, por outro. Um motivo a mais para nos convenceremos da necessidade de apresentação do próximo item.

2.3. Identificação das fontes

Após a ampliação do conceito de fonte, intensificada no início do século XX, um número vasto de material passou a ser interpretado pelos historiadores como digno de atenção. Os documentos oficiais continuaram a ser considerados importantes, porém, para além e aquém destes, outros suportes passaram ao estatuto de fonte. Elementos considerados em grande medida irrelevantes para os estudos históricos passaram a ser interpretados como índices de historicidade, incluindo-se até materiais “naturais”, como mencionou um renomado historiador francês: “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das 'neves eternas', o historiador faz outra coisa: faz deles a história” (CERTEAU, *Op. Cit.*: 78).

Junto com a ampliação do significado de fonte, veio a necessidade de compreendê-la em sua especificidade, tanto em relação às suas condições de produção, quanto como veículo e/ ou suporte físico. Fontes de naturezas distintas exigiram novas perspectivas teóricas e, conseqüentemente, novos métodos: teoria, fontes e metodologia caminham juntas. Depoimentos orais, por exemplo, requerem um tipo de tratamento, ao passo que documentos

oficiais outro, ambos interpretados tendo em conta a elaboração teórica. Por isso, torna-se indispensável em uma resenha identificar ao leitor quais foram as fontes usadas.

Além disso, é preciso compreender que apresentar as orientações teóricas, metodológicas, os pressupostos historiográficos a partir dos debates do campo e as fontes cumprem o papel fundamental de demonstrar a verificabilidade das afirmações de uma obra historiográfica. *Um* dos pontos que caracteriza um texto produzido por um historiador como científico é a possibilidade de qualquer indivíduo refazer o percurso por meio do qual aquela obra foi construída, uma vez que os enunciados de um texto historiográfico precisam estar fundamentados em uma base empírica.

Porém, indicar a origem empírica ou a dita “evidência” por si só é insuficiente. Uma obra histórica precisa ter minimamente aspectos lógicos – mantendo a coerência da argumentação – e verossímeis – com a colocação de dados críveis por membros do corpo social. Geralmente esses aspectos estão vinculados ao modo como o historiador movimenta teoria, pressupostos historiográficos, metodologia e fontes.

2.4. Resumo da(s) ideia(s) central (is) e secundárias.

A parte dedicada ao resumo da ideia central e secundárias de um livro deve ocupar a maior parcela da resenha. Por meio dela o leitor deverá tomar conhecimento do “conteúdo” do livro, do tema e objeto tratado pelo autor. Por isso, deve-se *descrever* os aspectos considerados relevantes, de modo direto e sucinto. Na execução desse procedimento, algumas precauções devem ser adotadas:

1ª É preciso observar que as partes se integram ao todo (ou, ao menos, deveriam), sejam as partes de um capítulo entre si, sejam os próprios capítulos como partes de um todo maior.

2ª Algumas características facilitam a identificação da tese, hipótese ou argumento norteador, entre eles, o título (e os subtítulos) do capítulo, a coerência e disposição das ideias e o modo de abordagem.

3ª Resumir não é copiar/ repetir as palavras do autor, embora citações sejam permitidas e, em muitos casos, imprescindíveis para a compreensão *precisa* de determinados termos ou passagens. No entanto, não se deve fazer uma colagem de excertos do texto, repetindo o original, pois muitas vezes uma reprodução excessiva adquire uma feição prolixa, maçante e

dispensável. Torna-se aconselhável sintetizar com suas próprias palavras como e do que trata o texto e seus respectivos capítulos. Enfim, resumir é ser breve e simples sem ser simplista, o que é, aliás, um grande desafio.

2.5. Inserir a marca pessoal do autor da resenha

Na quinta parte, o autor da resenha deve aparecer. Em outros termos, o resenhador deve expressar uma espécie de “juízo acadêmico” acerca da obra resenhada. É o espaço destinado a, explicitamente, informar ao leitor o que ele pensa da obra, se recomenda ou não e, sobretudo, por quais motivos. Evidentemente, não há regras para isso. Toda fundamentação de qualquer juízo está sujeita a certa arbitrariedade. E isso não é, necessariamente, ruim. Não o reconhecer é que o é.

Em que pese à ausência de regras absolutamente objetivas e impassíveis de contestações, considero que há alguns critérios razoavelmente aceitos pela comunidade de historiadores contemporâneos na análise e avaliação de obras dos seus pares.

O primeiro deles é *evitar adjetivações* ofensivas, indelicadas, pouco elucidativas ou, de modo inverso, apologéticas e encomiásticas. Nos casos em que as menções elogiosas parecem incontornáveis, recomendo a moderação como princípio.

O segundo é considerar o *ponto de partida* do autor do livro, isto é, entender o *lugar de fala*, as condições em que a obra foi produzida, tanto social quanto acadêmica.

Outro critério utilizável é o da *coerência interna*: verificar se o autor cumpriu com o que se propôs a realizar, sempre levando em conta as fontes, teoria e metodologia usadas. É um equívoco metodológico apontar lacunas ou supostas falhas sem se atentar para os objetivos do autor. Mas a questão da coerência interna não se limita a uma relação de conformidade entre o proposto e o executado. É relativo também ao nexo entre as partes e o todo: à disposição e natureza das ideias não devem ser contraditórios *entre si*. Uma afirmação feita no início não pode ser negada posteriormente, não, pelo menos, despropositadamente e sem que o autor advirta ao leitor o sentido de ambas as informações.

O quarto critério diz respeito à *originalidade* da obra, que pode ser oriunda da abordagem teórico-metodológica, que revelou algum aspecto até então insuspeitado acerca do tema, da forma de representação escriturária, isto é, do tipo de modalidade textual e/ ou narrativa usada, do uso de fontes incomuns para o tema em questão, da criatividade em não aceitar os termos do debate e deslocar o problema, entre outras possibilidades.

O quinto e último critério refere-se à *relevância* que a obra resenhada pode ter para as pesquisas naquela área. Para ser relevante, um texto não precisa ser original, no sentido estrito do termo. Ele pode ser de extrema importância, por exemplo, ao sistematizar dados dispersos, ao associar tópicos geralmente interpretados separadamente, ao tornar públicas fontes de difícil acesso, ao descrever mecanismos de funcionamento de sistemas (jurídico, eleitoral, filosófico, econômico, partidário) etc. Em qualquer uma dessas possibilidades, porém, uma obra deve ser considerada meritória sempre tendo em conta os debates e pesquisas de especialistas, seja para questionar suas hipóteses, aprofundá-las e/ou corroborá-las. Uma obra é relevante, por fim, quando suas ideias despertam o interesse daqueles que atuam na área.

Por conseguinte, inserir a marca pessoal do autor da resenha não é apenas informar o que este “achou” do livro. Toda asserção precisa estar fundamentada em critérios que não se limitam a sensações subjetivas e/ou interesses extraordinários, como a maior parte das resenhas de jornais de grande circulação ou de *sites* que vendem livros: resenha acadêmica tem suas próprias características, diferentes daquelas voltadas ao grande público.

3. Do destino de uma resenha

Poder-se-ia, porém, questionar se este roteiro serve para resenhar qualquer livro de história. A resposta é aparentemente contraditória: sim e não. *Sim*, pois as resenhas, em geral, embora possam acoplar um ou outro tópico e/ou desprezar algum dos itens aqui mencionados, contemplam essa estrutura, mesmo que fora dessa ordenação. E *não*, pois não se deve fazer resenha de *qualquer* livro de história: é preciso ter respeito ao leitor (e ao autor do livro, obviamente), e se propor a resenhar apenas obras cujo assunto tenha relação com a área na qual atuamos profissionalmente. Sem um conhecimento prévio do tema, tampouco das discussões historiográficas a seu respeito, que possibilite ao resenhador comparar conceitos, abordagens, fontes, objetivos, hipóteses, teses, argumentos secundários, enfim, adentrar o debate no qual o livro está inserido, a resenha tornar-se-á um exercício quase mecânico, desprovido de aspectos interessantes a quem ela mais deveria interessar, ou seja, a outros indivíduos que pesquisam o mesmo domínio. O conhecimento a respeito dos debates acadêmicos possibilita a *desconstrução* e a *decodificação* detalhada do livro resenhado. Permite, ainda, expor, com maior precisão, o processo social, acadêmico, teórico-metodológico e a base empírica a partir da qual a obra foi construída, decompondo-a em suas partes, fazendo com que a resenha seja, ao mesmo tempo, elucidativa e *significativa* para os pesquisadores da área, destino principal de uma resenha historiográfica.

Considerações Finais

Por considerar necessário inserir e conjugar os cinco itens que apresentei acima, acredito que se deve evitar a produção de coletâneas de textos. Entretanto, caso se queira levar adiante uma produção dessa natureza, sugiro duas formas de abordagem e apresentação, as quais me parecem menos arbitrárias que a simples menção a artigos considerados “mais interessantes” pelo resenhador. Na primeira detectam-se os elementos comuns nos artigos de modo que seja possível encontrar um fio condutor entre eles; na segunda ressalta-se que, embora produzidos sob uma preocupação semelhante, as interpretações são divergentes em determinados aspectos (especificando os pontos divergentes). É possível também combinar essas duas formas, cruzando as semelhanças e diferenças. Porém, em nenhum caso, se deve perder a visão da obra como um todo, afinal, se reunidos em um mesmo suporte (coletânea) é por que há, necessariamente, algum elemento compartilhado, seja temático, teórico ou metodológico.

Além dessas considerações teórico-metodológicas, um autor de resenha deve-se atentar para os aspectos *técnicos* na produção de seu texto. Por isso, antes de iniciar a redação da resenha, é necessário observar quais são as *normas de publicação* especificadas pelo periódico no qual ele pretende publicar.

Embora a maioria deles siga as regras estabelecidas pela *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT), ainda assim é preciso saber qual é a norma da ABNT adotada dentre as disponíveis, qual o número máximo de páginas ou caracteres, prazo para envio, formas de referência bibliográfica, se permite título, se tem dossiê, se exige os originais sem identificação autoral, enfim, os detalhes destinados à padronização do texto em conformidade com as características e exigências do periódico. Em alguns casos, a própria revista faz uma breve indicação do que deve conter e como deve ser redigida a resenha. Portanto, levar em consideração esses aspectos pode ser decisivo para a aprovação do texto, sobretudo por que eles demonstram seriedade do resenhador, respeito ao periódico e zelo. Ademais, deve-se preocupar com características que devem estar presentes em qualquer texto acadêmico, como coesão, clareza, coerência, uso correto e diferencial de aspas e itálico, correção gramatical, entre outros.

Evidentemente, isso não é tudo. Cada obra historiográfica tem especificidades que escapam as tentativas de cerceamento prévio de um texto-guia como esse. Por conseguinte, cada resenhador deverá saber combinar as especificidades das obras resenhadas ao perfil do

periódico em que se deseja publicar, às características do grupo de pesquisadores possivelmente interessados no livro, às suas próprias características e a outros casos que fogem às regras e sugestões.

Enfim, caso a escolha entre “publicar ou morrer” (*publish or perish*) seja pela primeira, então que a resenha seja bem feita: autores, editores e leitores agradecem.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A Escrita da História*. – Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1. mar. 1981.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 2. set. 1981.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 3. mar. 1982.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4. set. 1982.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 3, n. 5. mar. 1983.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 3, n. 6. set. 1984. Dossiê: À Lucta, Trabalhadores!

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7. set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 8/9. set. 1984/ abr. 1985. Dossiê: Cultura & Cidades.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 10. mar./ ago. 1985. Dossiê: Produção & Transgressões.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 11. set. 1985/ fev. 1986. Dossiê: Sociedade & Trabalho na História.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 12. mar./ ago. 1986. Dossiê: Terra & Poder.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 7, n. 13. set. 1986/ fev. 1987. Dossiê: Cultura & Linguagens.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 7, n. 14. mar./ ago. 1987. Dossiê: Instituições.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 15. set. 1987/ fev. 1988. Dossiê: Sociedade & Cultura.

- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 16. mar./ ago. 1988. Dossiê: Escravidão.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 17. set. 1988/ fev. 1989. Dossiê: Família e Grupos de Convívio.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18. ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19. set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20. mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21. set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22. mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24. set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26. set. 1992/ ago. 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia. Ensino de História.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27. 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28. 1994. Dossiê: Espaço Plural.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 29. 1995. Dossiê: Representações.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 30. 1995. Dossiê: Historiografia. Propostas & Práticas.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32. 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Unijuí, v. 17, n. 33. 1997. Dossiê: Biografia, biografias.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 17, n. 34. 1997. Dossiê: Travessia: Migrações.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35. 1998. Dossiê: arte e linguagens.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 36. 1998. Dossiê: Ensino de História: Novos Problemas. Do Império de Portugal ao Império do Brasil.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 37. 1999. Dossiê: infância e adolescência.
- Rev. Bras. de Hist.* São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 38. 1999. Dossiê: identidades/ alteridades.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 20, n. 39. 2000. Dossiê: Brasil, Brasis.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 20, n. 40. 2000. Dossiê: Estado e Controle Social.